



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 570-A, DE 2025**

**(Da Sra. Carla Dickson)**

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências; tendo parecer da Comissão de Saúde, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. ALLAN GARCÊS).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
SAÚDE;

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Saúde:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_ DE**  
**(Da Sra. Deputada Federal Carla Dickson)**

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 24 e 42 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art.

24. ....

§

1º .....:

(...)

XI – na hipótese de atividades contratadas no âmbito do Sistema Único de Saúde, a obrigatoriedade de apresentação mensal, a partir do 2º mês da contratação, de listagem pormenorizada dos médicos responsáveis pela efetiva prestação dos serviços, contendo a comprovação das inscrições regulares junto aos respectivos Conselhos de Classe, bem como o indicativo da quantidade de horas laboradas e do comprovante de quitação das remunerações.

Art.

42. ....:

(...)

XXI – a obrigatoriedade de retenção do valor do pagamento mensal, pela Administração Pública, até que a Organização da Sociedade Civil comprove a integral quitação dos salários e honorários do mês anterior devidos aos médicos que executaram as atividades previstas como objeto da parceria, sob pena de pagamento direto pela Administração Pública aos médicos.

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-  
DF Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Diante do recente e crescente prejuízo aos profissionais que laboram no âmbito do Sistema único de Saúde, notadamente vinculados às Organizações da Sociedade Civil, cujos direitos à percepção das verbas remuneratórias por serviços prestados vêm sendo violados, a presente proposta de lei tem por objetivo resguardar o recebimento dos valores pelos profissionais.

Neste contexto, a Administração Pública ficaria obrigada a exigir a comprovação de quitação integral das remunerações aos trabalhadores, sendo ônus, ainda, a identificação dos profissionais e a retenção de valores voltados ao pagamento dos serviços.

Pelas razões expostas, levamos o projeto à consideração dos nobres colegas, contando com o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2025.

Deputada **CARLA DICKSON**  
UNIÃO/RN

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-  
DF Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014</b>	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13019-31-julho-2014779123-norma-pl.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13019-31-julho-2014779123-norma-pl.html</a>
--	---



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)**

**PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2025.**

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências.

**Autor:** Deputada Carla Dickson – União Brasil/RN

**Relator:** Deputado Allan Garcês – PP/MA.

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 570, de 2025, de autoria da nobre Deputada Carla Dickson (União Brasil/RN), tem por objetivo Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS.

Em sua justificação, a autora destaca que “diante do recente e crescente prejuízo aos profissionais que laboram no âmbito do Sistema único de Saúde, notadamente vinculados às Organizações da Sociedade Civil, cujos direitos à percepção das verbas remuneratórias por serviços prestados vêm sendo violados, a presente proposta de lei tem por objetivo resguardar o recebimento dos valores pelos profissionais”.

A proposição é uma contribuição legislativa do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS e da Federação Nacional dos Médicos – FENAM.

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarcês@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O despacho inicial de tramitação determinou a apreciação do Projeto pelas Comissões de Saúde, Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e o regime de tramitação é o ordinário. (art. 24, II, RICD)

A proposição foi distribuída a essa Comissão em 24/03/2025 e designado a este Relator em 28/10/2025. Não recebeu emendas no prazo legal, de forma que submeto ao Colegiado o meu parecer dentro do prazo regimental.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

O presente Projeto de Lei foi distribuído para esta Comissão em razão das competências estabelecidas no art. 32, XVII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, notadamente no que se refere à assuntos de saúde. A proposição em análise atende ao disposto no Regimento Interno e, neste quesito, não merece reparos em sua estrutura textual ou de tramitação.

No que se refere ao mérito, entendo que o projeto de lei merece prosperar, pois promove atualização relevante e necessária para conferir mais segurança nos procedimentos e serviços de saúde pública, fornecidos à população.

Conforme consta da justificativa do projeto de lei, “diante do recente e crescente prejuízo aos profissionais que laboram no âmbito do Sistema único de Saúde, notadamente vinculados às Organizações da Sociedade Civil, cujos direitos à percepção das verbas remuneratórias por serviços prestados vêm sendo violados, a presente proposta de lei tem por objetivo resguardar o recebimento dos valores pelos profissionais”.

Com efeito, a publicação da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabeleceu o regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarcês@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

de interesse público e recíproco, foi um marco relevante para a prestação dos serviços de saúde à população.

A Lei nº 9.790/1999 define claramente a responsabilidade de fiscalização pelo poder público ao prever que a execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade e pelos Conselhos de Políticas Públicas em cada esfera de Governo. (art. 11)

Entretanto, em relação às Organizações da Sociedade Civil, temos percebido um aumento cada vez maior da inadimplência de verbas trabalhistas para os profissionais que laboram no âmbito do Sistema único de Saúde. Assim, verifica-se que a legislação atual é omissa em conferir a proteção necessária às pessoas que trabalham com vínculo a estas instituições, sendo necessário garantir que estes profissionais não sofram calote em relação ao direito de receberem seus direitos trabalhistas.

A precarização é visível em alguns de nossos hospitais e merece combate por parte deste parlamento. Um estudo evidenciou a quarteirização da prestação de serviços de saúde. Esse fenômeno diz respeito à contratação de uma ou mais empresas por uma OSS para a realização de serviços de saúde, para os quais ela mesma foi inicialmente contratada.<sup>i</sup>

Reconhecemos a relevância das Organizações da Sociedade Civil no setor da saúde. Contudo, verificamos que, na prática, algumas destas entidades se veem obrigadas a utilizar grande parte dos recursos financeiros disponíveis no cumprimento de metas de eficiência na prestação de serviços e acabam deixando de pagar salários, sacrificando a reserva de provisão trabalhista e criando dívidas com os profissionais de saúde.

Com efeito, no que se refere ao mérito, entendo que o projeto de lei merece prosperar, principalmente com o intuito de evitar a precarização do trabalho humano. Porém se faz necessário aproveitar a oportunidade legislativa para aprimorar ainda mais o tema.

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarcés@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, entendo que o escopo do projeto de lei pode ser ampliado para alterar, também, a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, a qual possui um artigo específico sobre a desqualificação da organização social em caso de descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão (art. 16). De maneira que **caput** desse artigo possa incluir a previsão de cancelamento do contrato de gestão de saúde no caso de inadimplência de obrigações trabalhistas.

Por fim essa atualização legislativa é necessária, razão pela qual, as alterações propostas são necessárias para ampliar a proteção às pessoas, com a emenda aditiva em anexo.

### III - CONCLUSÃO

Assim sendo, considerando a relevância da proposta, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 570, de 2025, com a emenda aditiva em anexo.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2025.

Deputado ALLAN GARCES  
Relator

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarces@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 26/11/2025 20:28:56.970 - CSAUDE  
PRL 1 CSAUDE => PL 570/2025

PRL n.1

## COMISSÃO DE SAÚDE (CSAÚDE)

### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2025.

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências.

Art. 2º O caput do art. 16 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16 O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarcès@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
ou houver inadimplemento de obrigação trabalhista ou honorários  
médicos.

(...)

.....

(NR)”

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2025.

Deputado ALLAN GARCES  
Relator

Apresentação: 26/11/2025 20:28:56.970 - CSAUDE  
PRL 1 CSAUDE => PL 570/2025

PRL n.1

Endereço: Gabinete 558 - Anexo IV - Câmara dos Deputados  
E-mail: dep.allangarces@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5558



<sup>i</sup> Flávia Gomes Fernandes da Fonte; Organizações Sociais da Saúde: controle interno dos contratos de gestão; 2019.

Apresentação: 26/11/2025 20:28:56.970 - CSAUDE

PRL 1 CSAUDE => PL 570/2025

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253729782800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês





Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2025

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Saúde, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 570/2025, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Allan Garcês.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Pedro Westphalen e Dr. Ismael Alexandrino - Vice-Presidentes, Adriana Ventura, Allan Garcês, Ana Paula Lima, Ana Pimentel, Andreia Siqueira, Bruno Farias, Célio Silveira, Clodoaldo Magalhães, Coronel Meira, Dimas Fabiano, Dorinaldo Malafaia, Dr. Fernando Máximo, Dr. Frederico, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Eduardo Velloso, Ely Santos, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Iza Arruda, Jandira Feghali, Jorge Solla, Juliana Cardoso, Osmar Terra, Padre João, Paulo Litro, Ribamar Silva, Ricardo Abrão, Robério Monteiro, Romero Rodrigues, Silvia Cristina, Weliton Prado, Alice Portugal, Aureo Ribeiro, Bruno Ganem, Cabo Gilberto Silva, Carla Dickson, Delegado Caveira, Delegado Paulo Bilynskyj, Diego Garcia, Dr. Jaziel, Emidinho Madeira, Enfermeira Rejane, Flávio Nogueira, Marcelo Álvaro Antônio, Maria Rosas, Matheus Noronha, Professor Alcides, Rafael Simoes, Renata Abreu e Rogéria Santos.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputado ZÉ VITOR  
Presidente



## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2025

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências.

### EMENDA ADOTADA

Art. 2º O caput do art. 16 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16 O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão ou houver inadimplemento de obrigação trabalhista ou honorários médicos.

(...)

..... (NR)”

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**

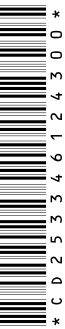




Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253346124300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Presidente

2



**FIM DO DOCUMENTO**